



PREFEITURA DA CIDADE DE  
**SÃO PAULO**

SISTEMA DE LICENCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO ELETRÔNICO – SLCe

<b>Documento</b> Alvará de Aprovação e Execução para Residência Unifamiliar	<b>Número</b> 2024-68471-00	<b>Folha</b> 1/3
--	--------------------------------	---------------------

<b>Proprietário/Possuidor</b> Ana Paula Cavalcanti de Oliveira Fontes
--

<b>Dados do local da obra ou serviço</b>							
Contribuinte	Logradouro	Número	Complemento	CEP	CODLOG	Classificação Via	Zona(s)
101.458.0030-9	R PADRE MADUREIRA	00045	JD LEONOR	05612-060	124958	Local	ZER 1, QA, MA

<b>Responsabilidade</b>			
<b>Responsável Técnico pelo Projeto</b>			
Nome	CREA/CAU	Representante	CREA/CAU
CAIO BELTRAO BANDEIRA	A098990-8		
<b>Responsável Técnico pela Obra</b>			
Nome	CREA/CAU	Representante	CREA/CAU
ARNALDO FERRARO PAVAN	601434720		

<b>Descrição / Amparo Legal / Nota / Ressalva</b> Emitido por: SMUL/CAEPP-DERPP
--

<b>Uso</b>			
Categoria	Subcategoria	Grupo de Atividade	Atividade
R	R1		

<b>Descrição da Obra</b>		
<b>Terreno Escritura:</b> 1410,00 m2	<b>Terreno Real:</b> 1414,08 m2	<b>Área Total a Demolir:</b> 0,00 m2
<b>Área Computável:</b> 727,08 m2	<b>Área Não Computável (estacionamento):</b> 184,80 m2	<b>Área Não Computável (outros):</b> 42,87 m2
<b>Área a Construir:</b> 954,75 m2		
<b>Piscina descoberta:</b> 67,42 m2	<b>Quadra descoberta:</b> 0,00 m2	<b>Heliponto:</b> 0,00 m2

<b>Blocos</b>
---------------

<b>Amparo(s) Legal(is)</b>
1 ) Lei nº 16.642/17, regulamentada pelo Decreto nº 57.776/17.
2 ) Lei nº 16.050/14.
3 ) Lei nº 16.402/16.
4 ) Lei nº 17.975/23.
5 ) Lei nº 18.081/24.

<b>Nota(s)</b>
1 ) Este documento refere-se exclusivamente à Legislação Municipal devendo ainda serem observadas as Legislações Estadual e Federal pertinentes.



Documento	Número	Folha
Alvará de Aprovação e Execução para Residência Unifamiliar	2024-68471-00	2/3

- 2 ) O titular do documento de atividade edilícia, na qualidade de proprietário ou de possuidor do imóvel, responde perante terceiros a respeito da propriedade, posse, direitos reais, garantias e outros eventuais ônus que incidam sobre o imóvel.
- 3 ) O licenciamento de projetos, de obras e instalação de equipamentos não implica no reconhecimento, pela Prefeitura, do direito de propriedade ou de posse sobre o imóvel.
- 4 ) Este Alvará engloba a licença administrativa para a execução de muro de arrimo, nos termos do inciso II do § 2º do art. 23 da Lei nº 16.642/17.
- 5 ) Este Alvará engloba a licença administrativa para a instalação de equipamento mecânico de transporte permanente, nos termos do inciso IV do § 2º do art. 23 da Lei nº 16.642/17.
- 6 ) Este documento foi emitido mediante declaração do profissional habilitado responsável pela instalação do equipamento mecânico de transporte permanente de que os serviços atenderão às normas e às disposições legais pertinentes.
- 7 ) Este Alvará engloba a licença administrativa para a execução de movimento de terra, nos termos do inciso III do § 2º do art. 23 da Lei nº 16.642/17.
- 8 ) Este documento foi emitido mediante a apresentação de declaração garantindo que o pedido com movimento de terra teve seu plano de intervenção aprovado por SVMA/DECONT através de processo administrativo próprio, e que respeitará a classificação e a disposição dos resíduos em consonância com o estabelecido por este Plano de Intervenção aprovado pelo órgão ambiental competente nos termos da legislação em vigor.
- 9 ) Este documento foi emitido mediante a apresentação de declaração garantindo que a realização do movimento de terra será em conformidade com o que estabelecem as Normas Técnicas cabíveis, que a terra será emprestada de terrenos particulares com a devida anuência do proprietário do terreno ou dispostas em terrenos regularmente licenciados como de destinação de resíduos inertes com a devida classificação, nos termos da legislação em vigor.
- 10 ) Se durante a execução das obras forem constatados indícios ou suspeitas de contaminação, como emissão de gases, incêndios espontâneos, solo com odores, resíduos enterrados, o responsável legal deverá comunicar o fato de imediato à CETESB e à Divisão de Compensação e Reparação Ambiental - DCRA, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, nos termos do art. 14 e 15 da Lei estadual nº 13.577/09, e dos arts. 19, 23 e 63 do Decreto estadual nº 59.263/13. A eficácia deste documento está vinculada ao não enquadramento da área como potencialmente contaminada, suspeita de contaminação, contaminada ou em monitoramento ambiental, nos termos do art. 1º da Lei nº 13.564/03, da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS e do Código de Obras e Edificações - COE.
- 11 ) Os responsáveis técnicos pela obra, nos limites de suas atuações, respondem pela correta execução da obra de acordo com o projeto aprovado e pela instalação e manutenção do equipamento, observadas as Normas Técnicas - NTs aplicáveis, zelando por sua segurança e assumindo as consequências diretas e indiretas advindas de sua atuação.
- 12 ) A conformidade do projeto às normas técnicas - NTs gerais e específicas de construção, bem como às Normas Técnicas Oficiais - NTOs de acessibilidade e às disposições legais e regulamentares aplicáveis aos aspectos interiores da edificação é responsabilidade exclusiva do responsável técnico pelo projeto.
- 13 ) As peças gráficas da edificação foram apresentadas na forma de projeto simplificado, conforme estabelecido nas normas municipais, sendo de total responsabilidade dos profissionais habilitados e do proprietário ou possuidor do imóvel:
- a) a definição e disposição interna dos compartimentos, suas dimensões e funções, especialmente no que se refere à acessibilidade e atendimento ao percentual mínimo de unidades acessíveis e de unidades adaptáveis, no que couber, conforme legislação federal, estadual ou municipal que regule a matéria;
  - b) a segurança no uso das edificações, nos termos do Código de Obras e Edificações - COE e legislação correlata;
  - c) a observância das Normas Técnicas NTs e das disposições técnicas previstas no Anexo I do decreto regulamentar do COE.

**Ressalva(s)**

- 1 ) A execução do movimento de terra deverá ser acompanhada pelo responsável técnico indicado.
- 2 ) Na ocasião do pedido de certificado de conclusão, deverá(ão) ser apresentado(s) o(s) cadastro(s) do(s) equipamento(s) mecânico(s) de transporte permanente instalados, nos termos do parágrafo único do art. 35 da Lei nº 16.642/17.



**PREFEITURA DA CIDADE DE  
SÃO PAULO**

**SISTEMA DE LICENCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO ELETRÔNICO – SLCe**

<b>Documento</b> Alvará de Aprovação e Execução para Residência Unifamiliar	<b>Número</b> 2024-68471-00	<b>Folha</b> 3/3
3 ) A execução do(s) muro(s) de arrimo deverá ser acompanhada pelo responsável técnico indicado.		
<b>Processo Administrativo</b> 2024-0.004.523-9	<b>Data de despacho DOC</b> 27/11/2024	